

Hidden arguments: political ideology and disease prevention policy, by S. N. Tesh. 2nd edition, New Brunswick, 1990.

Trata-se de um livro importantíssimo para quem reflete e questiona as múltiplas abordagens da causalidade das doenças: é uma competente discussão de como crenças e valores políticos (ou ideológicos) influenciam as políticas de prevenção de doenças. Como expõe a autora, em sua introdução, por trás de debates sobre temas como toxicidade de poluentes ambientais, malefícios do tabagismo e efeitos danosos do colesterol há outros argumentos ocultos. E é esse o desafio a que Sylvia Tesh se propõe: explicitar como as noções inconscientes sobre como acontecem as doenças (sejam de cientistas, de responsáveis por políticas, ou de cidadãos comuns) influenciam a abordagem dos problemas de saúde, sua condução e as estratégias de prevenção. Questiona, pois, numa linguagem acessível e fluente, qual seria a legítima fonte de conhecimento, reafirma a indissociável inter-relação entre fatos e valores e propõe que “já não há como eliminar os valores da ciência e da política, que sua inevitável presença e seu valor sejam publicamente discutidos”.

Em suma, o livro trata da influência da política e da economia nas teorias de causalidade; do efeito do dualismo nas teorias causais; e das conseqüências para a elaboração de políticas de saúde, quando fatos e valores não são evidenciados como separados.

O capítulo 1 discorre sobre as quatro teorias de causalidade que prevaleceram no século XIX, e o capítulo 2 trata das três explicações para doenças crônicas correntes no século XX: dependendo da explicação causal selecionada, grupos diferentes tornar-se-ão responsáveis pela prevenção.

Já o capítulo 3 apresenta a teoria da multicausalidade e suas limitações e questiona a ambivalência de uma abordagem multicausal apenas para doenças crônico-degenerativas (e não para as infecciosas), sublinhando a confusão existente entre causa e agente etiológico. Critica o “generoso igualitarismo” ao aquilatar todos os fatores envolvidos, o que permite dirigir recursos para programas de prevenção pouco efetivos, porém socialmente não disruptivos, para optar por programas mais efetivos, porém com maior potencial de transformação - sem que haja discussão pública dessas opções. Exemplo que seria hilariante, não fosse trágico: alertar a população sobre poluentes ambientais e sugerir alterações no estilo de vida. Assim, a autora identifica a necessidade de que a teoria multicausal discrimine entre causas fundamentais e acessórias para que haja uma prevenção efetiva, assim como a necessidade de uma teoria que mostre a hierarquia de causalidade e que não seja reducionista.

Os capítulos 4, 5 e 6 tratam de três estudos de caso. A educação para a saúde em Cuba é tema do capítulo 4. Neste, Sylvia Tesh comenta como essa educação (assim como nos EUA) não é para uma mudança social, não enfatiza as fontes ambientais de doenças. Ela faz uma lúcida crítica a programas como os de segurança e saúde no trabalho, redução de acidentes de trânsito e outros, fortemente calcados em medidas de prevenção individuais, e não em mudanças estruturais. Um dado interessante, entretanto, é que em Cuba ela não encontrou como conceitos opostos indivíduo e sociedade, ou indivíduo e Estado, que são entidades absolutamente separadas para o povo americano.

No capítulo 5 ela discute o que é objetividade e o que é subjetividade, exemplificando com o estresse e a greve dos controladores de voo nos EUA. No estresse não há agente etiológico específico ou substância química, somente fenômenos etiológicos sociais ou emocionais. O arsenal científico existente para seu estudo é suficiente. Em seu texto mostra como, através do discurso científico, ocorreu a dessocialização dos determinantes sociais; houve uma inversão de conceitos e o estresse deixou de ser um efeito do ambiente de trabalho para tornar-se um problema de inadequação dos profissionais grevistas.

Já o capítulo 6 aborda uma causa indiscutivelmente identificada, visto ser uma substância química; o agente laranja (dioxina), utilizado como desfolhante durante a Guerra do Vietnã - e relata como foram conduzidos os processos de indenização. Esse episódio é paradigmático de como a ciência, a política e a ideologia interagem uma com a outra - e são destas interações que se originam decisões e propostas políticas.

Em seu último capítulo, Sylvia Tesh discute a ideologia individualista prevalente nos EUA, e questiona seus pressupostos face a uma abordagem holística ou dialética. Identifica grande contradição entre a doutrina e as idéias do individualismo: os ideais dessa corrente provêm os fundamentos éticos que reafirmam objetivos democráticos e igualitários do individualismo filosófico. As doutrinas (ou o individualismo como ideologia) constituem uma barreira para o lance desses objetivos, pois assumem que o indivíduo é a unidade da análise social. Portanto, devem ser garantidas as liberdades individuais em escolhas como o que comer, o que vestir, hábitos - já que o indivíduo é o melhor juiz de seus interesses. Esse individualismo, no âmbito, do político e do

econômico, torna perversas as regulamentações governamentais.

A autora termina o livro questionando eticamente as abordagens sobre significância estatística como base para formulação de políticas, propondo novas abordagens do conhecimento, como o reconhecimento de que este não é estático, e que trata do todo sem desconsiderar as partes, sem que haja oposição entre ambos; e endossa Sandra Harding, uma epistemóloga feminista, em que “os modelos paradigmáticos da ciência objetiva são aqueles estudos explicitamente dirigidos por interesses moral e politicamente emancipatórios - isto é, por interesses em eliminar compreensões sexistas, racistas, classistas e culturalmente coercitivas da natureza e da vida social”. Em termos de políticas de prevenção, identifica como necessárias aquelas que funcionam porque realmente protegem as pessoas. E reafirma que valores são temas públicos e, portanto, os valores de cientistas e elaboradores de políticas devem ser discutidos. Para ela, não é uma intrusão da política na ciência, já que não há ciência sem influências da política. É, isto sim, um apelo para que a política saia de seu esconderijo. Enfim, este é um livro que enriqueceria a biblioteca de qualquer estudioso da epistemologia epidemiológica (e de curiosos, também), e é uma lástima que ainda não se encontre traduzido para o nosso idioma.

Daphne Rattner
Instituto de Saúde da Secretaria
de Estado da Saúde de São Paulo.

III Congresso Latino-Americano de Ciências Sociais e Medicina

No período de 8 a 12 de abril de 1995, em Atibaia, Estado de São Paulo, Brasil, estará sendo realizado o III Congresso Latino-Americano de Ciências Sociais e Medicina. A Organização do evento está a cargo do Centro de Pesquisas das Doenças Materno-Infantis de Campinas.

O objetivo do III Congresso é reunir profissionais que atuam na área de Ciências Sociais e Medicina, para facilitar a troca de idéias e experiências, e promover maior entedimento entre as diferentes perspectivas e linguagens profissionais, em face de suas realidades diversificadas.

São doze os temas selecionados para discussão em grupos, cada um com aproximadamente 20 participantes. Cada grupo terá um coordenador, especialista no tema, que preparará um documento para servir de base às discussões.

Os temas são: Ética e saúde reprodutiva: novos impasses. O impacto das pesquisas sociais sobre as políticas públicas. Gênero, poder e saúde da mulher. Direitos reprodutivos e crescimento populacional. Metodologia de pesquisa em ciências sociais e saúde. O papel da mídia nas questões de saúde. Desigualdade social e atenção à saúde: em busca de novos caminhos. Países em desenvolvimento: um trabalho integrado de cientistas sociais e pessoal de saúde. Violência doméstica: um problema emergente. O papel do homem na saúde reprodutiva. AIDS: um desafio para as ciências sociais e a medicina e ecologia e saúde: fatores ambientais na doença e no bem-estar.

Para maiores informações, os interessados deverão contactar a Dr^a Ellen Hardy - Caixa Postal 6181 - 13081-970 - Campinas, SP - Brasil - Tel.: (0192) 39-2856 - Fax: (0192) 39-2440.